



CORPO, MODA E CIDADE: UM DIÁLOGO SOBRE COMUNICAÇÃO, HISTÓRIA E SOCIEDADE

Body, fashion and city: a dialogue on communication, history and society

Seif, Marina; Mestre; Universidade Federal de Minas Gerais,
marinaseif@yahoo.com.br¹

Resumo: O presente artigo busca refletir sobre a maneira como percebemos a cidade e a imagem desta, as suas partes constituintes e a relação entre o corpo, a moda, os locais que ocupam e como ambos se influenciam e interferem um no outro mutuamente. Retomamos alguns momentos da história para observarmos as mudanças destas relações no tempo.

Palavras chave: moda; corpo; cidade

Abstract: The present article seeks to reflect on how we perceive the city and its image, the constituent parts of it and the relationship between the body, fashion, the places they occupy and how both, mutually, influence and interfere in each other. We go back to a few moments of history to notice the changes of these relations in time.

Keywords: fashion; body; city.

Introdução

Ao analisarmos atentamente um determinado município, faz-se necessário examinar muito aquém de suas construções e limites geográficos. É preciso compreendê-lo como um ambiente favorável ao crescimento e ao relacionamento humano. Assim sendo, a imagem dos espaços urbanos é o resultado das vivências corporais particulares a cada população. Desta forma, é possível retratar a história da cidade através dos corpos que a habitam. Sendo o corpo um elemento vivo, os atos, adornos e constituição deste contribuem efetivamente para o desenho, a constituição e as mudanças deste espaço.

¹ Graduada em Design de Moda e Design Gráfico, graduanda em História, especialista em História da Arte e mestrado em Arte pela UFMG. Atua como docente no Senac Minas e no núcleo Valores de Minas nos cursos técnicos de Produção de Moda, Figurino e Artes Visuais. Integra os grupos de pesquisa *Studiolo* (EBA-UFMG) e *Traje Brasilis* e atua como colunista da revista *Cartola Mag*.





São as cidades espaço de circulação e observação e tem o vestir ali importante papel na comunicação dos papéis desempenhados pelos corpos que a ocupam. É onde a moda se faz presente nos corpos dos cidadãos e nas lojas, barracas e demais estabelecimentos que ocupa. Para tal, é proposta uma análise de diferentes momentos da história em que as relações entre corpo, moda e cidade ficam explícitas para uma melhor ilustração da proposta.

Para tal, foram confrontados alguns pesquisadores que trabalham com a história da moda e da cidade para analisar os conceitos propostos. Entre eles estão Lewis Munford, Richard Sennet, Maria do Carmo Teixeira Rainho, Maria Giuseppina Muzzarelli e Giulio Carlo Argan. Confrontando os autores, foi possível identificar como os corpos, com suas vestes e adornos, contribuem para a constituição do desenho da cidade, marcando de forma ímpar sua imagem, evidenciando o papel do vestir na história destas, como um símbolo social, que se modifica em função das alterações da estrutura e do estado geral da sociedade.

O Corpo, a Moda e a Imagem das Cidades.

O espaço ocupado por uma crinolina, as vitrines e os *outdoors* com os últimos lançamentos da moda, os penteados tipo *puff à la* Maria Antonieta (FIGURA 1), o convite para o evento “A Tarde Azul”² em Belo Horizonte, são exemplos de tendências e eventos distintos, em períodos e localidades diversas, que demonstram como a moda interfere na paisagem de uma cidade, transformando suas ruas em passarelas onde o vestir, com todos os seus elementos, se faz presente e impossível de ser ignorado.

² “um fenômeno de moda com caráter performático da história da cidade de Belo Horizonte. Organizada no Parque Municipal, a Tarde Azul entrou para a crônica de Belo Horizonte. Em 1927, no segundo ano do mandato de Antônio Carlos, o governo resolveu festejar com músicas e flores a entrada da primavera. O Parque romântico, graciosamente ornamentado. As moças bonitas da capital atenderam ao bucólico apelo oficial, comparecendo em massa, vestidas de azul, e dançaram nos gramados do Parque, algumas com figurinos azuis, outros com trajés de época do final do século XIX.” Disponível em < <https://anasantosnovo.com/TARDE-AZUL> > Acesso em out. de 2018.





Figura 01 – Ilustração francesa do século XVIII



Fonte: COX, Barbara; JONES, Carolyn Sally; STAFFORD, Caroline. *Última Moda: uma história ilustrada do belo e do bizarro*. São Paulo: Publifolha, 2013, p. 210.

São as cidades grandes palimpsestos, formadas por diversos fragmentos, uns mais apagados que outros, com registros de diferentes épocas. São esses fragmentos os registros arquitetônicos e corporais que por ali passaram e que foram se misturando uns aos outros, se sobrepondo, até não mais existir.

É possível então compreender a forma da cidade como uma miscelânea entre corpo, moda e arquitetura, visto que o corpo, através da moda, elabora e manifesta suas construções pessoais, cujos entornos não cabem em si e transcendem para a cidade física. É a cidade a casa ampliada do corpo e o corpo a cidade íntima de cada um. A moda é a ponte que conecta estes dois mundos.

Quando se diz interrelação entre isto e aquilo – entre moda e espaço, moda e tempo, moda e espaço-tempo – diz-se quase sempre uma complementação de um objeto por outro, de uma situação por outra, de uma criação por



circunstâncias que não a criam de todo, condicionam-na de modo, por vezes, decisivo. (FREYRE, 2006, p. 104).

Segundo o dicionário Michaelis³, pode ser compreendido como cidade o local com “grande aglomeração de pessoas em uma área geográfica circunscrita, com inúmeras edificações, que desenvolve atividades sociais, econômicas, industriais, comerciais, culturais, administrativas etc.” e também “o conjunto de habitantes dessa área geográfica.” Argan (1993) afirma que

Por cidade não se deve entender apenas um traçado regular dentro de um espaço, uma distribuição ordenada de funções públicas e privadas, um conjunto de edifícios representativos e utilitários. Tanto quanto o espaço arquitetônico, com o qual de resto se identifica, o espaço urbano tem os seus interiores. São espaço urbano o pórtico da basílica, o pátio e as galerias do palácio público, o interior da igreja. Também são espaço urbano o ambiente das casas particulares; e o retábulo nobre o altar da igreja, a decoração do quarto de dormir ou da sala de jantar, até o tipo de roupa e de adornos com que as pessoas andam, representam seu papel na dimensão cênica da cidade. (ARGAN, 1993, p.43).

Assim sendo, os habitantes desse núcleo, com seus corpos, modos e adornos, são elementos essenciais para a constituição de uma cidade. Ao analisarmos atentamente um determinado município, faz-se necessário examinar muito aquém de suas construções e limites geográficos. É preciso compreendê-lo como um ambiente favorável ao crescimento e ao relacionamento humano.

Richard Sennett (2016) em seu livro “Carne e Pedra” afirma que a configuração dos espaços urbanos é o resultado das vivências corporais particulares a cada população. Debret (2016) registra em seu livro “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil” como a moda é capaz de impactar uma cidade em vários de seus registros. Na descrição do dia de Santo Aleixo (FIGURA 2) nos demonstra como a interação dos corpos com o espaço constitui e modifica a configuração de uma cidade:

³ Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cidade/>. Acesso em out. de 2018.





No dia de Santo Aleixo, padroeiro dos alunos de escolas primárias no Brasil, realiza-se um concurso anual de composição, do qual resulta a eleição de um novo imperador, talentoso escritor e digno sucessor do destronado. Com isso se enchem as ruas, desde a manhã até o meio-dia, de um enxame de meninos espalhados pelas proximidades das escolas e que assaltam os passantes a fim de forçá-los a se pronunciarem acerca de suas composições. Os concorrentes, reunidos em grupos, cercam, os transeuntes com algazarra, e o juiz, impedido de continuar o seu caminho, logo dá a sua sentença escolhendo o vencedor, que se apressa em picar com o alfinete a folha premiada e, fugindo logo em seguida, abandona o lugar a outros camaradas mais encarniçados ainda. Esses pequenos triunfos, conseguidos em meios aos empurrões dos juizes e aos clamores dos concorrentes vitoriosos, provocam na aula a decisão definitiva do professor; a nomeação do imperador é feita com base na base estrita do maior número de furos de alfinete, atestando cada qual uma vantagem sobre um adversário. (DEBRET, 2016, p. 454).

Figura 2 – Escola de Meninas



Jean-Baptiste Debret, litografia aquarelada sobre papel; 15,2 x 21,3 cm, 1826.

Fonte: BANDEIRA, J.; CORRÊA DO LAGO, P. *Debret e o Brasil: obra completa. 1816-1831*. Rio de Janeiro: Capivara Ed., 2017, p. 168.



Os meninos, alvoroçados, enchem as ruas com seus poemas, sua correria e seus trajés. Assim sendo, é fato que assim como os corpos, o invólucro que lhes reveste marca as cidades. Sennett (2016) nos exemplifica como é possível retraçar a história da cidade através dos corpos que a habitam quando se propôs em seu livro a recontar a história da cidade

(...) por meio da experiência corporal do povo: como mulheres e homens se moviam, o que viam e ouviam, os odores que penetravam em suas narinas, onde comiam, seus hábitos de vestir, de banhar-se e que forma faziam amor, desde a Atenas antiga à Nova York atual. (SENNETT, 2016, p.13).

Munford (1991) afirma ser a cidade ideal constituída pelas suas construções e pelos habitantes que por ali circulam e atribui a Grécia Antiga como a pioneira dessa nova constituição cidadina:

a *pólis*, pela primeira vez, assumiu uma forma ideal que a distinguiu das aldeias e cidades mais antigas: uma forma ideal não primariamente em pedra, mas em carne e sangue. Numa grande sucessão de cidadãos, a nova ordem urbana, a cidade ideal, tornou-se visível, transcendendo seus contornos arcaicos, suas cegas rotinas, suas complacentes fixações. Em verdade, os gregos acrescentaram à cidade um novo componente, praticamente desconhecido das culturas anteriores, perigoso para qualquer sistema de poder arbitrário ou autoridade secreta: suscitaram o aparecimento de cidadão livre. (MUNFORD, 1991, p. 178-179).

Sennett (2016, p. 46) confirma a afirmação feita por Munford (1991) ao afirmar que “O ginásio ateniense ensinava que o corpo era parte da uma coletividade maior, a *polis*, e que pertencia à cidade”.

Sendo o corpo um elemento vivo, os atos, adornos e constituição deste contribuem efetivamente para o desenho, a constituição e as mudanças deste espaço. Como bem nos assegura Munford (1991), os hábitos e formas dos ocupantes de uma cidade têm participação ativa no desenvolvimento desta. Rainho (2002,) confirma esta afirmação e revela um pouco sobre a relação da moda com a cidade ao dizer que

Dessa forma, seriam as grandes cidades o espaço privilegiado para o desenvolvimento da moda. Primeiro porque, ao acentuarem a



individualidade, dão novo status à apresentação e aos cuidados pessoais com a aparência, sendo a moda uma das formas de exteriorizar a personalidade de cada um. Segundo porque nelas se dava mais facilmente o progresso econômico das camadas inferiores, o que facilitava o seu acesso a vários bens de consumo. Tudo isso acabava por alterar o ritmo das mudanças da moda: afinal, se as camadas inferiores conseguiam imitar as mais altas, estas deveriam rapidamente adotar novas modas como forma de se distinguir socialmente. (RAINHO, 2005, p. 25).

Gilda de Mello e Souza (1987) relaciona diretamente o surgimento da moda com a expansão das cidades e a organização da vida nestas, no período renascentista. A autora atribui a esses fenômenos o aumento do interesse pelo traje. A aproximação em que vivem as pessoas na área urbana desenvolve, efetivamente, a excitabilidade nervosa, estimulando o desejo de competir e o hábito de imitar. Nas sociedades mais enfastiadas, por exemplo, o ambiente torna-se propício as inovações, que, lançadas por um indivíduo ou um grupo de prestígio, logo se propagam de maneira mais ou menos coercitiva pelos grupos imitadores, temerosos de se sentirem isolados, ansiosos por comunicarem aqueles que o avistavam seus valores e suas posses.

Maria Giuseppina Muzzarelli (2017) também nos reporta sobre a ligação entre a cidade e a moda, em palestra ministrada no ano de 2017 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) quando afirma ser a cidade um grande “teatro”, onde os olhares se cruzam e as pessoas podem tanto ver como serem vistas, assim como os objetos e demais elementos que ocupam suas ruas. Dessa maneira, a moda marca de maneira singular as cidades que permeia.

Se é “(...) a roupa o envelope de corpo (...)” (PRIORI, 2016, p. 279), é possível entender a moda como a normatizadora social do vestir, pois embora roupa cubra o corpo, a moda é um importante elemento na composição desses ritos, pois seus símbolos e signos reforçam os papéis neste grande teatro que são os municípios. Com isso é possível entender o papel social, cultural e comunicativo da moda e a necessidade da sua compreensão nas mais distintas áreas.

Muzzarelli (2007) nos chama a atenção de como o fazer moda pode impactar na configuração das cidades. Segundo a autora,



(...) é a cidade como mercado de produção, mas também como ambiente de produção, mas também como lugar de encontro que dá valor, eu diria mais que cria o fenômeno tanto que é possível falar de moda justamente quando nas cidades começam a abrir cada vez mais boticas abastecidas por aqueles artesãos, artesãos que, organizados em corporações, produziam muitos objetos estritamente ligados a moda. Tecidos com grandes variedades, cores para tingir os tecidos, calçados de vários gêneros, toucas, véus e chapéus. Nesse afresco é possível ver várias pessoas que estão alegres e é possível ver a cidade na sua beleza, mas também a cidade no trabalho, artesões, ateliês e etc. É possível ver ateliês de produtores de meias onde há costureiros que estão cortando, costurando. (MUZZARELLI, 2007, informação verbal⁴).

Assim sendo, podemos enxergar as cidades como grandes vitrines mesmo antes do surgimento dessas. Vitrines onde o código do vestir traça uma comunicação não-verbal, mas que grita e preenche todos os espaços dos locais que ocupa, sendo impossível ignorá-la. Onde a moda se faz presente nos corpos dos cidadãos e nas lojas, barracas e demais estabelecimentos que ocupa.

Tem o vestir nas cidades um papel de classificação daqueles corpos que por ela circulam. A moda era, e é ainda hoje, um elemento de reconhecimento de grupos, um meio de comunicação não verbal que permite a identificação dos indivíduos e com isso a composição da paisagem de uma cidade.

Sendo a cidade um grande teatro, onde as pessoas circulam e se veem, ela é um estimulante natural para “o desejo de competir e o hábito de imitar.” (SOUZA, 1987, p.21). Um indivíduo ou grupo de prestígio aparece com um novo traje, adereço ou penteado, e aqueles que nele(s) se espelham, imediatamente anseiam em reproduzir aquela novidade. Esse arremedo inicia-se em grupos fechados, visto que o vestir trazia consigo um código de reconhecimento e nem tudo era permitido a todos.

Sennett (2016, p.235) utiliza o termo “Preservativo Urbano” para mencionar a segregação que ocorria nas cidades, uma segregação sem que haja de fato um desalojamento. Segundo ele “(...) A pureza da população mais numerosa seria garantida pelo isolamento da minoria”. A diversificação de raças, classes e costumes se

⁴ Grande Conferência. Belo Horizonte, UFMG, 2017.





intensificou com o crescimento da mesma e, assim sendo, fez-se necessário estabelecer uma divisão. E o vestir se apresentou como um instrumento eficaz para efetivar essa diferenciação, principalmente quando esta não é visível aos olhos como quando o caso de segregação é religioso ou cultural. Um exemplo de como o vestir pode ser um elemento para proporcionar tal fenômeno foi o ocorrido em Veneza no século XIV. Judeus e prostitutas, ambas categorias discriminadas na sociedade vienense do período, foram impelidos a envergar símbolos ou vestes amarelas.

Em 1397, os judeus foram obrigados a portar uma insígnia amarela; prostitutas e rufiões, a partir de 1416, eram identificados por essa tonalidade. As mulheres judias raramente deixavam o gueto usando algum de seus ornamentos ou joias, vestindo-se em público com simplicidade e, sempre, com alguma peça daquele matiz. Procedia-se, com relação às prostitutas de modo inverso. Um decreto de 1543 definiu os aspectos da aparência de uma mulher virtuosa, que de forma alguma poderiam ser imitados por uma qualquer: (...) é proclamado que nenhuma prostituta pode usar, nem ter em nenhuma parte de sua pessoa, ouro, prata, ou seda, nem colares, pérolas ou argolas, nas suas orelhas ou em suas mãos. (SENNETT, 2016, p. 245-246)

Outro item que desperta a atenção do autor e acreditamos ser válido mencionar são os brincos. Esses que já há algum tempo são tão populares já foram malvistas em determinados lugares, servindo como objeto identitário de um grupo e até mesmo colocando em questão a moral de quem os usava.

O item mais significativo era o que proibia os brincos. Diane Owen Hughes escreve que “apenas um grupo de mulheres frequentemente encontradas nas ruas das cidades do norte da Itália adornavam suas orelhas com argolas – as judias”. No período anterior à segregação, suas orelhas furadas – como marca de uma circuncisão – permitiam que fossem identificadas nas ruas. Alguns lugares lhes dispensavam tratamento idêntico ao das prostitutas, enquanto outros limitavam-se a interditar os adereços, pois “embora isso fosse um (...) sinal degradante obviamente menor, o pendente também carrega noções de impureza sexual (...). Brincos seduzem.” Proibindo-os, os venezianos escolheram reprimir o corpo sexual, lascivo, ao preço de não mais distinguirem as mulheres impuras em suas ruas. (SENNETT, 2016, p. 246).



Em Veneza, como em outras diversas regiões, as regras sobre o modo de vestir também falharam. A seda branca destinava-se exclusivamente a moças solteiras e a determinados tipos de freiras, e os anéis só deviam adornar as mãos das senhoras casadas. Mas, assim como as cortesãs ultrapassavam seus limites legais, seus corpos continuaram a romper as barreiras. Menos resilientes que os judeus e sem nenhuma razão para aceitar o isolamento ou a notoriedade, as cortesãs resistiram à segregação com todos os meios de que dispunham. (SENNETT, 2016).

Para que tais códigos fossem respeitados e cumprissem seu papel de marcar a posição das pessoas na cidade, eram necessárias leis para reger o que podia ser usado e por quem. Essas leis foram chamadas de leis suntuárias e em Portugal eram chamadas de leis pragmáticas (PRIORE, 2017). As leis suntuárias eram “instrumento de regulação política, social e econômica” e existiam para manter aparentes o status social de quem se vestia. E sua eficácia era questionável, pois percebe-se que elas “mais freavam, do que impediam, o porte de determinadas vestimentas ou tecidos por quem não podia portá-las”. (PRIORE, 2017, p.190.).

A maior parte das leis suntuárias atestam a intenção, entre os reis que a editavam, de manter as distinções de classe sobre as quais a sociedade repousava. As sedas, as pelicas, as correntes de ouro, são privativas de certas camadas, encontram-se interditas às demais. No édito de Henrique II da França, em 1549, por exemplo, “apenas os príncipes e as princesas podem vestir-se de carmesim; os gentis-homens e suas esposas só tem o direito de utilizar essa cor nas peças mais escondidas; às mulheres da classe média só é permitido o uso do veludo nas costas ou nas mangas; aos maridos, proíbe-se o seu emprego nas vestes superiores, a não ser que as inferiores sejam de pano; às pessoas que se dedicam aos ofícios e aos habitantes do campo, a seda é interdita, mesmo como acessório”. (SOUZA, 1987, p.47).

Em sua palestra, Muzzarelli (2017) descreve o que eram essas leis e exemplifica como eram aplicadas:

Homens e mulheres elegantíssimos, podiam vestir o que queriam? Não nas cidades onde as normas suntuárias, que são as leis que regulavam o luxo, estabeleciam quem podia vestir o que, o que poderia exibir e até apenas possuir. Quantas e quais peças de roupas, com quais formas e com quais



tecidos. Tais normas emanadas ininterruptamente da segunda metade do século XIII até final do século XVIII previam multas para quem não as respeitasse. (MUZZARELLI, 2017, informação verbal⁵).

Sabe-se que as leis suntuárias foram empregadas em diversas cidades do mundo, inclusive no Brasil. Ainda sobre a fala de Muzzarelli, as autoridades das cidades valiam-se das leis suntuárias como dispositivo de governo para promover diferenciação, delimitação e principalmente para dispor hierarquicamente. “Elas foram usadas para redistribuir a riqueza através de um sistema de multas para quem não respeitasse as leis.” Era uma forma de taxaço sobre o luxo.

A arrecadação das multas enchia os cofres públicos e podiam tanto enriquecer ainda mais a realeza como também custeavam despesas importantes para a cidade, como a pavimentação de ruas, a reforma das fachadas dos prédios públicos e a manutenção de hospitais e outras instituições de interesse da população. Se a cidade se tornava espaço fundamental para a existência da moda e muitas vezes se moldava segundo os preceitos desta, as leis suntuárias eram a forma da cidade também com isso ter alguma vantagem.

Outro grupo a se beneficiar com o sistema de multas eram os delatores, que frequentemente recebiam recompensas por suas denúncias. Isso fez com que observar o outro fosse, além de divertimento, uma conveniência. Vale ressaltar que não era preciso sair às ruas para ver e ser visto. Tal observação era comumente feita dos alpendres das residências. (Muzzarelli, 2017).

Com o intuito de fazer com que as leis fossem respeitadas, era preciso que todos a conhecessem e a acatassem. Para que isso ocorresse, existia a atuação dos pregadores, cujo objetivo era, através de seu discurso, enaltecer as leis suntuárias e sua necessidade, motivando a obediência das leis. Ainda segundo Muzzarelli,

Os pregadores falavam da vaidade mostrando um conhecimento preciso do fenômeno da moda e usando um léxico se referia a ela para se descrever um penteado ou um tipo de roupa. Admitiam exhibições e ostentações desde que

⁵ Grande Conferência. Belo Horizonte, UFMG, 2017.





moderadas e principalmente proporcionais a posição social de cada um. (MUZZARELLI, 2017, informação verbal⁶)

Após as pregações, era armada uma pequena fogueira, para incinerar os objetos cujo uso era proibido. E, diferentemente do que se imagina, não se tratava de uma fogueira grande, mas um pequeno fogaréu, visto que as mulheres não queriam de fato lançar ali seus pertences. As peças possuíam, muitas das vezes, um valor elevado, o que dificultava a aceitação de jogá-los na fogueira. Acredita-se que o sermão dos pregadores realmente podia convencer alguns cidadãos a abdicarem do que era considerado impróprio, mas em alguns casos podia também servir para divulgar a moda e provocar ainda mais desejo pelo luxo proibido. (MUZZARELLI, 2017).

Embora tenham cerceado a liberdade do vestir por alguns séculos, no final do século XVIII as leis suntuárias deixam de existir, pois com a Revolução Francesa a exibição de luxo se torna inconveniente e até mesmo perigosa. Segundo Priore (2017, p. 191), o conceito de moda, que datado da renascença para representação de “tendências seculares, adquiriu sua acepção moderna de tendência passageira, de gosto coletivo e efêmero”.

Tendo o traje masculino passado por enorme simplificação no período do Diretório, tornam-se as mulheres o artifício ideal para tal demonstração de *status* de seus pais ou maridos, sendo transformadas em bibelôs de ostentação. A pele alva, a *toilette* pouco prática e o uso de joias pelas senhoras e até mesmo por suas damas de companhia, eram a demonstração de ser a mulher desobrigada do trabalho e dependente do homem. Segunda Souza (1987, p.228) “A mulher intelectual é, no século XIX, considerada repulsiva (...)”. Isso reforça o papel de bibelô que a mulher deveria ter.

A moda nasce quando nas cidades há uma forte oferta de objetos de moda, mas também quando as pessoas olham, quando as pessoas circulam. Nasce também quando a cidade se coloca um problema de disciplinar a moda. Uma

⁶ Grande Conferência. Belo Horizonte, UFMG, 2017.





farta oferta de objetos de moda, mas também quando as pessoas olham, quando as pessoas circulam. (MUZZARELLI, 2007, informação verbal⁷).

A autora ainda afirma, na mesma ocasião, que a exposição dos produtos de moda (tecidos, calçados, chapéus, entre outros) auxiliavam também no despertar do desejo, elemento essencial para a existência da moda. “O desejo de possuir, de imitar, de exhibir, de ostentar e até mesmo de prevalecer”. Tal fala reafirma o papel da cidade como local de exposição e observação.

A moda impulsionava o comércio e tirou as mulheres da clausura das casas, fazendo com que pouco a pouco começassem a ocupar as ruas, mas sua influência nas cidades nem sempre foi positiva. Para Rainho (2002) o vestir influencia tanto a cidade que em alguns casos pode se tornar um problema de saúde pública. Exemplo disso foi o hábito parisiense no início do século XIX de molhar as vestes para que estas ficassem pregadas ao corpo, como nas esculturas gregas. Tal modismo desencadeou em surtos de tuberculose. Podemos citar hoje a propagação nas mídias do corpo magro como ideal de beleza, que tem provocado, principalmente nos jovens, transtornos alimentares e preocupado as autoridades públicas.

Considerações Finais

As pessoas se vestem umas para as outras, para cumprir códigos sociais que nem sempre são explícitos. Tanto que a maioria separa a roupa de casa, geralmente surrada e confortável, da roupa de ir a público. Sendo a cidade um campo privilegiado para circulação e observação de pessoas, a circulação dos corpos por suas ruas e avenidas, carregando seus trajes e adereços, travam diariamente uma comunicação não-verbal, que se mistura com os elementos arquitetônicos do espaço, permitindo a coexistência de elementos das mais diversas estéticas e períodos.

⁷ Grande Conferência. Belo Horizonte, UFMG, 2017.





E se hoje, que temos uma moda por assim dizer globalizada, ainda é possível perceber as nuances que diferenciam o corpo e o modo de se apropriar da moda de uma cidade para a outra, podemos perceber que em outros tempos, cada cidade tinha sua própria moda, assim como sua arquitetura e sua corte, com seus emblemas e costumes.

Propusemos aqui uma reflexão de forma generalista, a pensar em como se processam essas relações, sendo ainda possível analisar de forma distinta como estas se estabelecem em cada cidade individualmente e em cada período de sua história, percebendo assim as idiossincrasias de cada localidade.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes LTDA., 1993, 1ª reimpressão.

COX, Barbara; JONES, Carolyn Sally; STAFFORD, Caroline. *Última Moda: uma história ilustrada do belo e do bizarro*. São Paulo: Publifolha, 2013.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2016.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. 3ª edição brasileira – original 1961. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MUZZARELLI, Maria Giuseppina. IEAT - Grande Conferência. Belo Horizonte: UFMG, 2017. 1h 54 min 21 s, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lxC7MwWj0oY>. Acesso em janeiro de 2018.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 4ª Ed. tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

SOUZA, Gilda Rocha de Mello. *O Espírito das Roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

